

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDICIONALIDADES DE DAVID HARVEY *

Julliana Ramos Santiago

Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

Ithering Guedes Alcoforado de Carvalho

Mestre em Planejamento Regional pelo IPPUR/UFRJ
Prof. do Departamento de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

RESUMO

Este artigo visa ampliar a análise acerca dos desenvolvimentos desiguais no capitalismo a partir da requalificação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey. A contribuição deste autor para esse estudo está em apontar para a necessidade de uma interpretação teórica unificada, com o objetivo de desenvolver melhor uma teoria que integra as diferentes formas de manifestação de desenvolvimentos desiguais nos territórios. Desta forma, esse corpo teórico unificado nos permite avaliar de modo mais pleno as intensas contradições existentes atualmente no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização, nos ajudando a definir campos possíveis de ação política. No entanto, algumas limitações da sua construção teórica precisam ser superadas para que o estudo da dinâmica de funcionamento de uma região reflita uma análise mais concreta e realista dos espaços geográficos.

Palavras-chave: teoria do desenvolvimento geográfico desigual, espaços geográficos, David Harvey

ABSTRACT

This paper aims to enlarge the analysis about the uneven developments in the capitalism towards the requalification of the Theory of Uneven Geographical Development of David Harvey. The author's contribution for this study is pointing out the necessity of a theoretical unified interpretation, purposing to increase the understanding about a theory that integrates different forms of demonstration of uneven developments in the territories. In this way, this unified theory allows us to value in fuller way the existent contradictions at present in the context of the capitalist trajectories of globalization, helping us to define possible fields of political action. However, some limitations of Harvey's theoretical construction need to be surpassed for the

* Este artigo faz parte do referencial teórico da monografia da autora Julliana Ramos Santiago para a conclusão do curso de graduação.

study of the regions dynamic that reflects upon a concrete and realistic analysis of the geographic spaces.

Keywords: theory of uneven geographical development, geographic spaces, David Harvey

INTRODUÇÃO

O processo de globalização da produção tem estimulado os estudos da dimensão espacial do desenvolvimento, os quais podem ser classificados em três grupos: i) os estudos da divergência, ii) os estudos de localização e iii) os estudos dos mecanismos de formação das assimetrias espaciais. David Harvey é um representante emblemático desta última corrente, e apoia-se numa crítica às teorias sociais dominantes, chamando atenção que elas têm-se revelado limitadas, por causa da parcialidade dos seus recortes.

De um lado, as teorias sociais temporais desconsideram o espaço, do outro lado, as teorias sociais espacializadas desconsideram o tempo. A tentativa de superação de David Harvey destas limitações por meio de sua Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual é o objeto deste trabalho. O objetivo é mostrar que a despeito dos evidentes avanços da sua contribuição teórica ao estudo da dinâmica regional – a exemplo da relevância da questão ambiental (restrições ambientais) nos estudos acerca da espacialidade e da análise espaço-tempo –, sua abordagem desconsidera um conjunto de questões emergentes, tais como as questões das especificidades dos atores políticos e a questão cognitiva (regiões inteligentes, reflexivas). Com o propósito, portanto, de com Harvey, dá um passo além de Harvey, na requalificação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, o trabalho busca apoiar-se em Harvey, para ir além dele, através da sugestão de uma agenda reflexiva.

Este artigo consta além desta introdução de mais duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, faz-se uma reconstrução do quadro referencial que contribuiu para a formatação da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey. Inicialmente, apresentam-se dois tipos de teorias sociais, as temporais e as espaciais, mostrando como as mesmas convergem na análise espaço-temporal, a qual se configura como um primeiro ponto de ancoragem da teoria de Harvey. Em seguida, reconstrói seu percurso através da sistematização da sua revisão de quatro diferentes modos de pensar o desenvolvimento regional. Este é, pois, o segundo ponto de ancoragem da teoria de Harvey: a unificação de diferentes linhas de pensamento (historicista, construtivista, ambientalista e geopolítica).

Na segunda parte, apresentam-se, inicialmente, as condicionalidades da ‘teoria unificada’ – a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual – de David Harvey, e depois, faz-se uma avaliação de seu pensamento, apontando algumas limitações a serem superadas. E finalmente, na conclusão, propõe-se uma requalificação da teoria do desenvolvimento geográfico desigual a partir da sugestão de uma agenda de investigação acerca dos desafios que devem ser superados na teoria de Harvey, de maneira a fornecer uma visão mais fidedigna do universo que subjaz a formulação das políticas de desenvolvimento regional na atualidade.

1. QUADRO REFERENCIAL DE DAVID HARVEY

A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios. Os desenvolvimentos geográficos são considerados por Harvey, como fortemente influenciados pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza (inserção material na ‘teia da vida’ sócio-ecológica), pela busca de redução do tempo de giro do capital (compressão espaço-tempo) e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (municipal, estatal, regional, nacional, internacional); isto é, por suas quatro condicionalidades (HARVEY, 2006b, p. 75).

Em função do exposto, fica claro que Harvey parte da matriz marxista, porém, dá um passo além na sua tentativa de interpretação dos desdobramentos do funcionamento do capitalismo, e integra à análise marxista a dimensão espacial. Neste sentido, ele espacializa a análise marxista, a partir da qual deu uma contribuição relevante ao estudo das relações entre ambiente territorial e organização social e humana, tendo como pano de fundo a acumulação do capital.

Seu projeto é resultado da conjunção de diferentes modos de pensar os desenvolvimentos desiguais, que são trazidos para uma área dinâmica de interação e transformados em uma teoria unificada, a qual cria novas condições de possibilidade analítica do desenvolvimento espacial. Com este propósito, ele integra em seu quadro referencial, a contribuição das seguintes linhas de pensamento: 1) temporais (marxista, principalmente); 2) espaciais e; 3) regionais (Desenvolvimento Regional), estas distribuídas em quatro dimensões distintas, tais como, historicista, construtivista, ambientalista e geopolítica (HARVEY, 2006b, p. 71-77).

O estudo da teoria unificada desenvolvida por Harvey para o desenvolvimento de uma análise da dinâmica regional do território em geral é importante tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista teórico. A importância metodológica se revela na forma como ele faz a apropriação e integração de contribuições teóricas que lhe antecederam num todo unificado. A contribuição teórica é que ao levar em consideração o tempo e o espaço em constante movimento, nos dá uma ampla visão sobre a lógica da interação entre um ambiente territorial – aqui incluído o sistema produtivo em sua interface ambiental, o sistema financeiro com suas conexões globais (extra-regional) e o sistema urbano – e as organizações sociais e políticas, nos propiciando uma visão geográfica do desenvolvimento territorial do capitalismo mais realista.

Nas subseções a seguir, faz-se-á uma explanação de como as teorias que embasaram o pensamento de Harvey contribuíram para a construção da sua Teoria do Desenvolvimento

Geográfico Desigual. E na parte final, apontam-se algumas insuficiências desse modelo na busca de apreensão das causas que geram os desenvolvimentos geográficos desiguais.

1.1. A ANÁLISE ESPAÇO-TEMPO

Harvey parte do entendimento que a análise que visa compreender a dinâmica socioeconômica espacializada deve considerar simultaneamente as representações no tempo e no espaço, tendo em vista que as práticas sociais são construídas a partir de mudanças em ambos. As teorias tradicionais enfatizam em sua análise, quando procuram fazer uma interpretação dinâmica dos seus objetos de estudo, ou a temporalidade ou a espacialidade, e nunca os dois juntos, em outras palavras, consideram apenas um elemento como dinâmico (espaço ou tempo) e o outro como fixo. Harvey, entretanto, propõe que se considerem simultaneamente estas duas dimensões, já que ele contesta a idéia de um sentido único e objetivo de tempo e de espaço. A análise espaço-tempo integrada que ele propõe permite uma melhor compreensão dos modos pelos quais a mudança político-econômica contribui para práticas e processos materiais espacializados e, é por isto que ele chama à atenção para o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria, pois a análise desses elementos afeta a maneira como nós interpretamos e depois agimos em relação ao mundo (HARVEY, 1992, p. 190).

A relevância da abordagem espaço-temporal utilizada por Harvey é decorrente da insuficiência das teorias sociais tradicionais em explicar as causas dos desenvolvimentos desiguais territorializados. As teorias tradicionais utilizam-se, como já referido anteriormente, de apenas um marco referencial em seus estudos, o tempo ou o espaço. Essas teorias contribuíram para a análise de Harvey da seguinte maneira: (a) a temporal, com a noção do fluxo e da mudança através do tempo; (b) a espacial, com o modo pelas quais as diferentes formas de espacialização interferem nos processos de mudança social (HARVEY, 1992, p. 190-192).

1.1.1. A temporalidade nas teorias sociais

As Teorias Sociais Tradicionais, cujos principais teóricos são Marx, Weber, Smith e Marshall, privilegiam em suas formulações o tempo como um elemento fundamental na análise. Para eles, o tempo não pode ser considerado fixo, e nem pode haver um sentido único do tempo (HARVEY, 1992, p. 190). O sentido do tempo para as sociedades muda de acordo com as inserções de novas práticas materiais, e por isso, modificam-se as maneiras de enxergar o mundo. O tempo pode configurar-se de várias formas a depender de como os processos materiais são acelerados ou desacelerados pelas ações humanas. E, por isso, diferentes formações sociais no decorrer da história da humanidade tiveram diferentes sentidos de tempo, tais como, os tempos: acelerado, retardado, explosivo, ilusório, permanente, errático, cíclico. O sentido de tempo para as sociedades que viveram no feudalismo é completamente diferente do tipo de tempo vivenciado pelas sociedades capitalistas (HARVEY, 1992, p. 205-206).

Como as teorias sociais sempre tiveram um foco nos processos de mudança social, de modernização e de revolução, então seu objeto teórico é o progresso. E este, em última instância, é o tempo em movimento. As mudanças sociais, tecnológicas e produtivas alteram o sentido do tempo, e isto é algo que deve ser levado em consideração na análise de uma sociedade específica, de um território, de um sistema produtivo, etc. A relevância de um sentido de tempo mutante e

influenciável pelas práticas materiais é a grande contribuição das teorias sociais temporais à análise espaço-temporal de Harvey (HARVEY, 1992, p. 190).

Entretanto, as teorias temporais desconsideram em seus estudos um elemento fundamental na análise, que é o espaço. Para essas teorias o espaço é tratado como algo imóvel, fixo, não-dialético dentro do que ocorre no processo social, e, portanto, o espaço não é um produto da ação social. Para David Harvey, a ênfase na temporalidade está implícita na própria noção de progresso, quando diz:

A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso. Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de *vir-a-ser*, em vez de *ser*, no espaço e no lugar (HARVEY, 1992, p. 190).

Harvey critica a forma como a maioria das teorias sociais encara a espacialidade em seus estudos. Para ele, esta deve ser tratada de uma maneira diferente, como ativamente produzida e como um elemento atuante no processo social. Através das práticas sociais, não somente os espaços são criados, como também novas formas de espacialidade (isto é, novas formas de representação e interpretação do espaço). E por isso ele afirma que, sob esses pressupostos de uma espacialidade fixa, uma teoria geral que se propõe a estudar o desenvolvimento geográfico desigual, tal como esse autor idealiza, se torna impossível. O melhor que poderia ser articulado seria um estudo de como as leis da acumulação produzem o desenvolvimento desigual dentro de uma estrutura espacial predeterminada (HARVEY, 2006b, p. 77).

1.1.2. A espacialidade nas teorias sociais

Existem, entretanto, outras teorias sociais que trabalham mais fortemente com a questão do espaço. Estas teorias se preocupam em compreender como as diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos de mudança social. Então, diferentemente das teorias sociais abordadas no item 1.1.1., as teorias sociais tratadas nesta subseção levam em consideração em seus estudos o espaço como o elemento dinâmico, desconsiderando a temporalidade como um processo que também influencia as práticas materiais (HARVEY, 1992, p. 190).

Realmente, a maneira como se interpreta o espaço é de fundamental importância para a análise das mudanças sociais. O próprio espaço apresenta diferentes dimensões de interpretações. Lefebvre, em seu livro *A produção do Espaço*, identifica três dessas dimensões: a) práticas espaciais materiais (vivido – referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais); b) representações do espaço (percebido – permitem falar sobre as práticas espaciais); c) espaços de representação (imaginado – imaginam novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais) (HARVEY, 1992, p. 201).

Além disso, o espaço pode ser interpretado a partir de diferentes aspectos da prática espacial, tal como o faz Harvey, que identifica algumas formas de análise do espaço, a partir dos seguintes aspectos a serem considerados: 1) acessibilidade e distanciamento (“fricção da distância”); 2) apropriação do espaço (maneira pela qual o espaço é ocupado); 3) domínio do espaço (modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço); 4)

produção do espaço (examina como novos sistemas são produzidos e como surgem novas modalidades de representação) (HARVEY, 1992, p. 202).

Desta forma, a importância das Teorias Espaciais¹ para Harvey se dá justamente no tratamento dado ao espaço nessas teorias, que é considerado como um elemento que é ativamente produzido e modificado a partir das práticas materiais. Entretanto, para ele, tanto as ‘Teorias Sociais Temporais’ como as ‘Teorias Sociais Espaciais’, apesar de apresentar grande influência no pensamento desse autor, são insuficientes por si só para explicarem os processos de mudança nas sociedades, e mais especificamente, os desenvolvimentos desiguais nas sociedades. Por isso, Harvey integra a análise temporal de algumas teorias sociais à análise espacial de outras, criando assim um novo tipo de interpretação dos fluxos de mudanças sociais, através da sua análise espaço-temporal (HARVEY, 1992, p. 190).

1.1.3. Espaço e Tempo

A análise tanto do tempo quanto do espaço como elementos dinâmicos é de fundamental importância, já que cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. Por isso, o espaço e o tempo não podem ser compreendidos independentemente da ação social, e nem ser interpretados isoladamente (HARVEY, 1992, p. 190).

David Harvey considera que os sentidos de tempo e espaço têm se alterado radicalmente no decorrer da história da humanidade, principalmente a partir da sociedade capitalista. Ele utiliza-se da expressão “compressão do espaço-tempo” para indicar o modo como o tempo e o espaço estão sendo representados na análise espaço-temporal das relações produtivas e sociais no sistema capitalista.

O autor pretende indicar com essa expressão que os processos revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Ele usa a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que ele tem em mente. Para Harvey:

À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente, temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 1992, p. 219).

¹ Harvey trata a Teoria Estética em seu livro *Condição Pós-moderna* como um exemplo de teoria espacial. Essa teoria busca representar seu objeto de trabalho, quando tratado numa perspectiva dinâmica, apenas através da espacialidade, desvalorizando o sentido de tempo. Ao considerar o tempo como algo tenebroso, a teoria estética busca ‘eternizar’ o sentido do tempo, interligando-o a uma realidade intemporal (ver HARVEY, 1992).

Podemos visualizar essa “compressão espaço-tempo” no capitalismo quando analisamos a busca desenfreada pela acumulação do capital. Existem fortes incentivos para minimizar o tempo de rotação do capital, e como consequência, nós vemos muitas inovações para acelerar a produção, a comercialização e o consumo. A distância é mensurada agora em termos de tempo e custo de movimento, por isso há forte pressão para reduzi-la, através da busca pela redução dos entraves da distância pela inovação no transporte e comunicações. Além disso, há também a redução do custo e do tempo de movimento das mercadorias, pessoas, capital e informação (HARVEY, 2006b, p. 100).

1.2. DIMENSÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma análise acerca dos desenvolvimentos geográficos desiguais já vêm sendo tratada por diversas dimensões teóricas do Desenvolvimento Regional. Algumas delas contribuíram diretamente para a estruturação da ‘teoria unificada’ de David Harvey sobre os desenvolvimentos desiguais no capitalismo. São elas: a) interpretação historicista; b) argumentos construtivistas; c) visões ambientalistas; e d) explicações geopolíticas.

Na interpretação historicista, o desenvolvimento geográfico desigual é causado pela forma com que o desenvolvimento político-econômico dos países centrais penetra nos territórios, na economia, na política e na cultura dos países periféricos. Essa forma de inserção faz com que se crie uma dependência ainda maior dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, fazendo com que o desenvolvimento dos primeiros esteja estreitamente relacionado à influência dos últimos. Neste argumento construtivista existem as versões conservadoras, liberais e marxistas (HARVEY, 2006b, p. 72).

Na abordagem construtivista, as desigualdades são decorrentes das práticas exploratórias (tais como, imperialismo, colonialismo e neocolonialismo) dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento desigual dos países é explicado, por este argumento, pela forma que alguns países exploram outros, fazendo com que as discrepâncias entre os países aumentem cada vez mais. Existem, na abordagem construtivista, as versões conservadora (na tradição de Edmund Burke), liberal (direitos humanos) e marxista (i.e. teoria da dependência, produção do espaço e desenvolvimento e subdesenvolvimento) (HARVEY, 2006b, p. 72).

A concepção ambientalista enfoca a questão do desenvolvimento desigual como resultado das adaptações humanas para as diferenciações ambientais dos países. Essas diversidades ambientais explicam o modo como são criadas as especializações territoriais, divisões do trabalho e as diversidades regionais (culturas regionais). Existem as versões conservadora, liberal, bioregionalista e agora Marxista/Ambiental (*Marxist/Green*) deste argumento (HARVEY, 2006b, p. 73).

E, por último, a interpretação geopolítica vê as desigualdades regionais como consequência dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas (local, regional, nacional, internacional e global). A versão imperialista do argumento geopolítico mostra ainda a capacidade de alguns territórios de extrair excedentes do resto do mundo, reduzindo-os a uma divisão do trabalho subserviente aos interesses do poder hegemônico. Neste argumento, novamente, existem as versões conservadora, liberal e Marxista-realista (HARVEY, 2006b, p. 73).

É importante salientar que cada uma dessas dimensões teóricas, sozinha, não é capaz de explicar de forma ampla as causas dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Por isso, o autor selecionou diferentes campos teóricos, que abarca quatro distintas áreas de atuação, tendo em vista construir uma visão mais integralista e totalizante para fundamentar sua análise da lógica de desenvolvimento de uma região. Essas concepções teóricas do desenvolvimento regional fazem parte do quadro referencial de David Harvey para a construção de sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que veremos a seguir.

2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRAFICO DESIGUAL

Nesta seção far-se-á uma introdução à Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey. Na primeira parte, faz-se uma apresentação da contribuição de Harvey ao estudo dos desenvolvimentos desiguais nos territórios através da reconstrução das quatro condicionalidades de sua teoria geral. Em seguida, busca-se mostrar algumas limitações teóricas de sua abordagem através das críticas de alguns autores – Sheppard, Jessop e Yeung – e da nossa leitura acerca de sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual e suas condicionalidades.

2.1. CONTRIBUIÇÃO DE HARVEY

David Harvey em sua crítica histórico-geográfica ao capitalismo buscou apóia-la num corpo teórico unificado. Em sua tentativa de construir uma teoria crítica unificada do capitalismo, ele coroou seus esforços com a publicação recentemente em seu livro *Spaces of Global Capitalism*, de um capítulo sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que arremata sua teorização acerca da dinâmica do funcionamento do capitalismo, e aponta como proceder para integrar os aspectos geopolíticos, sociais, econômicos e ambientais à análise.

Os estudos já realizados sobre os desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo ou em qualquer outro modo de produção nos mostram diferentes modos de pensar sobre essa questão. Para Harvey, esse assunto já foi amplamente discutido e pesquisado, e, portanto, não há nada que ainda não fora dito a respeito do conceito de desenvolvimento desigual. A sua contribuição para este estudo está, portanto, em apontar para a necessidade de uma interpretação teórica unificada, com o objetivo de desenvolver melhor uma teoria que integra as diferentes formas de manifestação de desenvolvimentos desiguais nos territórios (HARVEY, 2006b, p. 71).

Para isso, ele expõe alguns pontos de vista de diferentes campos teóricos que em sua opinião precisam ser considerados na formulação de uma teoria unificada do desenvolvimento geográfico desigual, e a partir de uma breve discussão sobre essas teorias, Harvey sugere uma forma de teorização que aponta para a possibilidade de construção de uma teoria geral. Ele não pretende, entretanto, esgotar todas as possibilidades de interpretação através de sua teoria unificada, e sim, contribuir com sua metodologia para a estruturação de uma teoria. Em sua concepção de teoria, ele argumenta que certos processos que são especificadamente independentes entre si (por exemplo, diferentes campos teóricos) podem e devem ser trazidos para uma área dinâmica de interação, a fim de integrar diferentes pensamentos em uma só teoria, e assim, torná-la mais abrangente (HARVEY, 2006b, p. 75-76).

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual precisa ser desenvolvida, e para atingir esse objetivo, Harvey tenta integrar diferentes modos de pensar o Desenvolvimento Regional para compor sua discussão acerca desse assunto. Ele selecionou quatro linhas de pensamento diferenciadas, já referidas na seção 1.2. – historicista, construtivista, ambientalista e geopolítica – e que devem ser consideradas na formulação de uma teoria sobre os desenvolvimentos desiguais. Além dessas dimensões teóricas, Harvey aponta para a necessidade de integrar à análise, o conceito de espacialidade, que tem sido desconsiderado pela maioria das teorias sociais. Nesse sentido, as contribuições das teorias sociais com enfoques temporais e espaciais foram cruciais para a estruturação de sua análise espaço-temporal, que será fundamental para a construção do seu argumento (HARVEY, 2006b, p. 71-77).

Como artifício de integração entre as dimensões teóricas regionais, teorias sociais temporais e teorias sociais espaciais, Harvey combinou quatro condicionalidades radicalmente distintas para compor sua ‘teoria unificada’, quais sejam: a) a inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ sócio-ecológica; b) acumulação do capital no espaço e no tempo; c) a acumulação via espoliação e; d) conflitos nas diferentes escalas geográficas. Esses elementos devem ser considerados, juntos, para o desenvolvimento de uma teoria sobre o desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo (HARVEY, 2005, p. 75).

Segue a contribuição das quatro condicionalidades – inserção material, acumulação no espaço-tempo, acumulação por espoliação e conflitos nas escalas geográficas – para a estruturação da teoria geral de David Harvey, que implica na construção de argumentos de como a ‘teia da vida’, a ‘acumulação via espoliação’, ‘a acumulação através da reprodução ampliada do capital’ e ‘os conflitos nas diferentes escalas’ funcionam juntos e como geram desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo.

2.1.1. A inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ sócio-ecológica

A condicionalidade “a inserção material na ‘teia da vida’ sócio-ecológica” refere-se à interação do homem (ações sociais) com o mundo vivo (sistema sócio-ecológico). O conceito ‘teia da vida’ foi trabalhado inicialmente por Frijot Capra em seu livro *A teia da vida*, e David Harvey utilizou-se desse conceito para trabalhar sobre a rede de interconexões existente entre as práticas sociais e o sistema sócio-ecológico (HARVEY, 2006a, p. 285-286).

O significado da ‘teia da vida’ em Capra remete-se à idéia de que os seres humanos estão inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podem afetar individual e coletivamente por meio de suas ações, as práticas sociais. Essa ‘teia da vida’ pode ser vista como os modos pelos quais as ações do homem se disseminam entre a rede de interconexões que constitui o mundo vivo (HARVEY, 2006a, p. 285-286).

Para Harvey, a introdução dessa condicionalidade para a compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais é de grande relevância, já que os ajustamentos e adaptações que ocorrem na vida diária (mundo vivo) têm forte relação com as ações do homem, ou mais precisamente, com as ações humanas no sistema capitalista (HARVEY, 2006a, p. 285-286). Para ele, seria impossível sustentar a visão de que o capitalismo tem somente uma vaga relação com a vida diária, como defendem alguns autores influentes, a exemplo de Braudel (*Capitalism and Material*

Life) e Habermas (*Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*) (HARVEY, 2006b, p. 79-82).

Braudel estudou as relações entre o capitalismo e a vida material no século XVIII em seu livro *Capitalism and Material Life*. Este autor, segundo Harvey, vê a vida material como sendo vivida em formas locais que são somente marginalmente afetadas pelo capitalismo. Neste ponto, ele expressa algumas dúvidas se essa idéia continuou a ser verdade no século XIX, com a chegada das estradas de ferro. Habermas, por sua vez, defendeu a existência de alguns espaços protegidos e segregados do ‘mundo vivo’, separados das relações e concepções sociais capitalistas. Nesses espaços, a ‘vida diária’ pode funcionar sem ser dominada pela acumulação do capital, relações de mercado e poderes estatais. Para Harvey, aceitar essa concepção de divisão entre o “mundo vivo” e o “sistema capitalista” exige abandonar tudo o que Marx nos ensinou com a investigação do materialismo histórico (HARVEY, 2006b, p 79-82).

Então, muitos pensadores ainda vêem a lógica do capitalismo como sendo exercida por uma força externa mística – o “capital” – fora da ‘teia da vida’ e imune de influências materialistas. A preocupação de Harvey está em mostrar as relações existentes entre o sistema capitalista e a ‘teia da vida’ sócio-ecológica. A capacidade flexiva e adaptativa do sistema capitalista frente às mudanças no ‘mundo vivo’ social e ecológico é uma das questões chaves do pensamento de David Harvey. Marx já chamava atenção para os poderes “flexíveis” do capital em sua busca pela mais-valia. O capitalismo tem modificado seus comportamentos, por exemplo, através de seus encontros com os limites e restrições ambientais. Novos arranjos institucionais estão constantemente sendo constituídos em resposta às circunstâncias da inserção material da circulação do capital dentro da ‘teia da vida’ (HARVEY, 2006b).

O conceito de inserção na ‘teia da vida’ compreendido tanto em termos ecológicos como sociais se torna crucial para a teorização do desenvolvimento geográfico desigual. A compreensão dos desenvolvimentos desiguais no capitalismo depende, primeiramente, do entendimento “da produção da natureza” através das ações capitalistas. Esta ‘produção da natureza’ deve ser entendida como intensas variações internas (HARVEY, 2006b, p. 87-88).

O desenvolvimento geográfico desigual configura-se em diversos níveis da vida. No nível da vida diária é o produto dos processos através do qual construímos nós mesmos e nosso mundo através de ações transformadoras. No nível econômico, os processos materiais diversos (físico, ecológico e social) devem ser apropriados, usados e remodelados para os objetivos da acumulação do capital esparramando-se em várias escalas espaciais. De modo oposto à dinâmica da vida diária, a acumulação do capital tem que se adaptar e, em algumas circunstâncias, ser transformada pelas condições materiais. A inserção material na ‘teia da vida’ sócio-ecológica seria um processo de “materialização” que a interferência dos seres humanos no mundo vivo está provocando em todos os níveis (HARVEY, 2006b, p. 86).

Então, o desenvolvimento geográfico desigual reflete diferentes formas em que os diferentes grupos sociais têm inserido materialmente seus modos de sociabilidade na ‘teia da vida’, compreendida como um sistema sócio-ecológico. O sistema é aberto e dinâmico e, claramente, existem exemplos abundantes de conseqüências não intencionais da ação social tão bem como todas as formas de mudanças ambientais que ocorrem simplesmente por causa da “perpétua busca por inovação” dentro da natureza (HARVEY, 2006b, p. 77-78).

Com essa condicionalidade, Harvey introduz na sua análise uma relação de causalidade entre o mundo vivo e as práticas capitalistas. Esse tipo de análise é muito importante para a compreensão do funcionamento do sistema capitalista, pois o introduz numa análise dinâmica e interconectada. Os desenvolvimentos desiguais são causados por esta rede de interconexões existente no mundo vivo. E excluir essa condicionalidade da análise seria não compreender como acontece a verdadeira lógica do sistema capitalista.

2.1.2. Acumulação do capital no espaço e no tempo

Com a condicionalidade ‘acumulação do capital no espaço e no tempo’, Harvey busca analisar o funcionamento da lógica do capital (acumulação do capital) sob os aspectos espaciais e temporais, isto é, como a acumulação do capital atua frente às ordenações espaciais e temporais. Para este autor, a tendência inerente ao capitalismo é de sempre tentar comprimir o espaço e o tempo, buscando superar as limitações impostas pelos espaços fixos (não flexíveis) e pelo fluxo ‘natural’ do tempo, e assim, intensificar o processo de acumulação do capital.

A tendência do capitalismo é de ter crises cíclicas de superacumulação, provocadas pela própria lógica de funcionamento do sistema capitalista, na busca incessante por mais-valia, através da acumulação do capital via exploração. Entretanto, na visão de Harvey, os capitalistas podem, ao menos temporariamente, solucionar essas crises de sobreacumulação através da reorganização do espaço e do tempo (‘ordenação espaço-temporal’), isto é, as soluções das crises capitalistas podem ser realizadas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica (HARVEY, 2005, p. 98-99).

A idéia de David Harvey é que essa ‘ordenação espaço-temporal’ absorveria os excedentes de trabalho e de capital provenientes das crises de sobreacumulação através de ‘deslocamentos temporais’, mediante investimentos que adiam a futura reentrada de capital em circulação, como investimentos em projetos de capital de longo prazo ou em gastos sociais (como educação e pesquisa); ‘deslocamentos espaciais’, por meio da construção de novos espaços geográficos através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos (sociais e de trabalho) em outros lugares; ou ambos (HARVEY, 2005, p. 93).

A busca por localizações superiores e por inovações tecnológicas torna-se um diferencial competitivo para os capitalistas que se apropriam dessas vantagens, pois eles estarão adiando possíveis crises de sobreacumulação, tornando-se mais adaptativos e flexíveis a elas. Entretanto, esses tipos de vantagens – ‘vantagem da localização’ e ‘vantagem da tecnologia apropriada’ – criam uma concorrência territorial acirrada. Essa concorrência estimula ainda mais a criação e produção de localizações superiores (‘naturais’ ou ‘manufaturadas’ – de menor custo), a apropriação de uma inovação tecnológica (direitos de patentes e de propriedade intelectual), a redução do entrave da distância (redução de barreiras espaciais), a aceleração temporal de processos naturais espacializados, enfim, a concorrência territorial, segundo Harvey, estimula o processo de ‘compressão espaço-tempo’.

A própria dinâmica de funcionamento do capitalismo, através da acumulação do capital, cria um ambiente competitivo dentro do sistema. Então, a tentativa de acelerar certos processos, por meio da ‘compressão espaço-tempo’, ao mesmo tempo em que confere aos detentores das vantagens

locacionais e/ou tecnológicas um certo poder monopolista, confere também uma certa vulnerabilidade aos territórios e aos atores econômicos. Então, o comportamento competitivo gera um estado de contínuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas – na medida em que os capitalistas buscam localizações superiores –, e nos processos de acumulação de capital, já que estes devem ser cada vez mais acelerados, e rapidamente uma tecnologia apropriada pode tornar-se ultrapassada com a descoberta de uma nova tecnologia. Sobre esse processo, Harvey afirma que:

[A] redução do entrave da distância faz o capital mais especial e menos sensível a variações nos locais geográficos. Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades na economia espacial do capitalismo (HARVEY, 2005, p. 86).

Funções de produção constantemente mudam e o espaço geográfico do capitalismo se torna instável. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores (HARVEY, 2005, p. 83).

Nosso autor acrescenta que os capitalistas não somente buscam por localizações superiores ('naturais') como também as produzem ('manufaturadas'), de forma a manter vantagens monopolistas que, paradoxalmente, tanto aumenta a dependência geográfica, como reduz esta mesma dependência. Em relação à 'localização manufaturada', a qual se torna cada vez mais importante, ele aponta as duas principais formas encontradas pelos capitalistas para manter seus poderes monopolistas, tais como: uma ampla centralização do capital (domínio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado), e a apropriação de vantagens tecnológicas por meio de direitos de patentes e de propriedade intelectual (HARVEY, 2005, p. 84), o que passa por sua espacialização.

As 'ordenações espaciais e temporais' tornam-se uma necessidade para absorver os excedentes de capital e de trabalho – através da produção do espaço, da organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, da criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e da penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) (HARVEY, 2005, p. 99) – o que implica num movimento fluido sobre o espaço por meio do adiamento do tempo e das expansões espaciais.

Mas, para tanto, são requeridas as instalações de infra-estruturas físicas no espaço em vez de liberar outras formas de capital e trabalho para o movimento espacial mais fácil. Então, ao mesmo tempo em que se necessita de um maior dinamismo para a realização dessas transformações geográficas, a 'ordenação espaço-temporal' só pode ser estabelecida através da instalação de infra-estruturas fixas no local, configurando-se num paradoxo, inércia geográfica versus dinamismo (HARVEY, 2005, p. 87).

A importância desta condicionalidade para a construção do pensamento de Harvey sobre os desenvolvimentos territoriais desiguais estar em que, por meio dela, ele mostra que a busca incessante de solucionar as crises capitalistas, através da 'ordenação espaço-temporal' e da

‘compressão espaço-tempo’, faz com que crie uma concorrência territorial, e aumente a desigualdade entre os territórios e, em decorrência, aumente também a vulnerabilidade dos territórios produtivos inseridos no mercado globalizado.

2.1.3. A acumulação via espoliação

Marx, em sua análise, relega a acumulação baseada na atividade predatória e na violência a uma “etapa original”. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária (HARVEY, 2005, p. 120).

Todas as características da acumulação primitiva de Marx permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2005, p.122).

Então, para Harvey, a natureza econômica do processo descrito como acumulação primitiva ainda não acabou, pois este é o elemento que sustenta o sistema capitalista. Porém, como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, ele substituirá esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, p. 121).

A acumulação de capital por meio da espoliação é uma condição necessária para a sobrevivência do capitalismo, pois por meio dela as crises de sobreacumulação inerentes ao próprio sistema podem ser, pelo menos por algum tempo, superadas. A condicionalidade da ‘acumulação por espoliação’ ajuda a resolver o problema da sobreacumulação de duas maneiras: produção de excedentes e desvalorização dos ativos específicos (capital e trabalho). A primeira acontece de duas formas: i) quando há apropriação de excedentes produzidos por outros ou ii) ao manipular aquelas condições naturais que permitem a fácil produção de excedente. A segunda acontece, por exemplo, quando se desvaloriza um ativo em lugar específico para valorizá-lo em outro.

Entre os exemplos da acumulação via espoliação por meio da produção de excedentes estão a mercantilização e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2005, p. 121). Além desses, foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, tais como, os direitos de propriedade intelectual, que através do licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados contra populações inteiras (HARVEY, 2005, p. 123).

Na forma de acumulação via desvalorização de ativos, cria-se ou aproveita-se de processos espontâneos de desvalorização de ativos em determinados territórios, criando as condições para que os ativos (capital ou trabalho) desvalorizados sejam transacionados a preços de mercado muito baixos. Concluído esse processo de reciclagem dos proprietários, inverte-se a lógica de ação e passa-se a criar ou incentivar os processos espontâneos de valorização dos ativos, através de políticas governamentais, a exemplo dos programas de revitalização urbana, das operações urbanas consorciadas e dos ciclos espacializados da especulação imobiliária nas grandes metrópoles (HARVEY, 2005, p. 123).

Essa condicionalidade traz explicitamente a idéia de desigualdade entre os territórios, causadas por espoliação de localidades, pessoas e ativos (capital e trabalho). Os desenvolvimentos desiguais são provocados pela ávida busca de acumulação de capital, e muitas vezes, os capitalistas utilizam-se de meios agressivos (espoliativos) para alcançar seus objetivos e garantirem uma certa estabilidade, ao menos temporária, do seu poder capitalista.

2.1.4. Conflitos nas diferentes escalas geográficas

Harvey nos mostra com a condicionalidade ‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’ que a questão da escala, tanto temporal quanto espacial, é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. “O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2006b, p. 110). As escalas são, portanto, produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2006b, p. 108).

As escalas espaciais são perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações (HARVEY, 2006b, p. 109). A escala da regionalidade pode fazer sentido em um tempo, mas pode, não necessariamente fazer em outro. Estruturas regionais têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o desenvolvimento geográfico desigual dentro do capitalismo (HARVEY, 2006b, p. 104).

A aniquilação do espaço através do tempo, por exemplo, exige transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital. Isso se estende à escala espacial de mercadorias, do mercado financeiro tão bem como da disponibilidade da informação. Isto transforma a geografia do mercado de trabalho. Tensões entre centralização e descentralização do capital, entre concentração geográfica e dispersão das atividades estão muito em evidência. Divisões territoriais do trabalho, tecnologias e formas organizacionais e economias também têm os mesmos impactos. Como compreender a produção de escala dentro do capitalismo é uma questão crucial. A escala geográfica dominante na qual a acumulação ocorre tem sido mudada ao longo do tempo. Uma hierarquia de escalas existe, apesar de que ao mesmo tempo em que a circulação do capital funciona nessa hierarquia, ela cria sua própria organização das escalas de forma distinta (HARVEY, 2006b).

Dado o exposto nesta seção, admite-se que a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey trouxe à tona importantes questões a serem consideradas nos estudos acerca da espacialidade e da dinâmica de funcionamento do capitalismo, tais como: a) a idéia de ‘aniquilação do espaço através do tempo’; b) a concepção da produção de escalas geográficas e da regionalidade; c) as implicações das mudanças e geopolíticas instáveis do capitalismo; d) a pesquisa de uma nova ‘espacialidade fixa’ necessária para as ordenações espaço-temporais; e) a ‘mercadificação’ de todo o aspecto da vida diária; f) a inserção econômica de formas materiais de vidas humanas na ‘teia da vida’; g) a ‘política dos conflitos sociais’ (ROSSI, 2007, p. 554). Ou seja, questões que traçam os contornos de um novo programa de investigação no âmbito do desenvolvimento regional.

2.2. AS LIMITAÇÕES DE DAVID HARVEY

A crítica histórico-geográfica do capitalismo promovida por David Harvey durante toda sua carreira científica deve ser vista não somente como uma árdua tentativa de construir uma representação melhor do mundo (leia-se, do mundo capitalista), mas também como uma contribuição transformadora para a análise das geografias múltiplas da resistência e das mudanças sociais, através dos estudos das divisões sociais do trabalho e das organizações espaciais das relações capitalistas de produção. Mais ainda, é necessário frisar que ele revolucionou a análise marxista do funcionamento do capitalismo, com a introdução das noções espacial (geográfica), geopolítica e ambiental através da sistematização de sua teoria geral do desenvolvimento geográfico desigual. Por essas e outras razões, o pensamento de Harvey é bastante influente e inspirador no meio acadêmico contemporâneo (ROSSI, 2007, p. 554-555).

Apesar da relevância e da enorme contribuição de seus estudos, existem algumas significantes lacunas em suas construções teóricas que precisam ser encaradas. Importantes teóricos como Sheppard, Jessop e Yeung, além das escolas feministas da geografia, identificaram algumas limitações no pensamento de Harvey no que diz respeito ao estudo da espacialidade e à teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

Sheppard observa que nos estudos da espacialidade em Harvey há uma subvalorização da conectividade entre os diferentes espaços, ao representar os espaços geográficos como territórios ‘limitados’ (ROSSI, 2007, p. 554). Nesse mesmo sentido, Yeung (2005) aponta para a necessidade em Harvey considerar de forma mais explícita os aspectos relacionais em seus estudos sobre desenvolvimentos desiguais. Para ele, o problema das teorias de desenvolvimento regional (inclui-se aqui o pensamento de Harvey) é a falta de visão relacional e/ou institucional, pois as aglomerações localizadas e as estruturas institucionais são necessárias para o estudo do crescimento e desenvolvimento regional. O conceito de região não pode ser entendido, portanto, como um sistema fechado que contém estruturas intangíveis, mas como uma construção relacional na qual estruturas e atores heterogêneos tomam lugar (YEUNG, 2005, p. 47).

Jessop, por sua vez, considera que Harvey não dá a devida importância em sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual às dimensões extraeconômicas, mais notadamente os aspectos políticos (a constituição da política e do Estado) (ROSSI, 2007, p. 554). Os teóricos da geografia econômica relacional argumentam que os desenvolvimentos regionais desiguais são formados por fatores de crescimento endógenos (frequentemente não-econômicos), como regras

locais (aparato institucional), conhecimento reflexivo (*'learning regions'*) e interdependências entre fatores não comercializáveis (YEUNG, 2005, p. 41).

Críticas ferrenhas à concepção da estrutura de classes no pensamento de Harvey são feitas pelas escolas feministas. Para elas, Harvey desconsidera o valor dos gêneros (masculino e feminino) como fatores específicos e autônomos da construção social e generaliza todos os atores sociais à categoria de classe (ROSSI, 2007, p. 554). Para Yeung, os geógrafos econômicos radicais² interpretaram o desenvolvimento regional desigual com ênfase nas causas estruturais e produtivas (por exemplo, as relações sociais de produção e as estruturas de classe), apresentando um problema de determinismo estrutural, que tende a enfatizar demais a estrutura 'limitada' (fetichismo espacial) de alguns efeitos relacionais concretos, como a mudança espacial e o desenvolvimento territorial (YEUNG, 2005, p. 39).

De certa forma, o foco analítico de Harvey nas relações capitalistas e nas estruturas espaciais apresentou uma visão relacional entre a dinâmica das estruturas sociais e as relações capitalistas de produção. Entretanto, a complexidade dessas relações frequentemente foi reduzida a estruturas abstratas como classes e divisões do trabalho (YEUNG, 2005, p. 39). Yeung acredita que os atores sociais não devem ser reduzidos a uma estrutura de classes, devem, todavia, ser considerados de forma plural e heterogênea, como sendo ativamente responsáveis pela produção de resultados concretos nos desenvolvimentos geográficos. Em sua visão, os diferentes atores representam formas de poder (*'geometrias relacionais'*) inerentemente heterogêneas e desiguais, as quais produzem e são produzidos pela espacialidade (YEUNG, 2005, p. 44).

Além das limitações de Harvey apontadas por esses teóricos, enfatizamos outras lacunas em seu pensamento encontradas ao analisar sua teoria geral do desenvolvimento geográfico desigual, tais como: i) ao levar em consideração o processo de *'compressão espaço-temporal'* como resultante de inovações estritamente tecnológicas, Harvey desconsidera as inovações de natureza organizacional e institucional, tão quanto suas implicações na geração de novas demandas (infra-estrutura) e novos conflitos (distribuição do excedente entre os agentes); ii) ao apreender o desenvolvimento regional desigual como estrutural, desconsidera a interdependência dos espaços produtivos e a ameaça permanente de integração ou desintegração das cadeias de produção e realização globalizada, porém localizada em determinados territórios produtivos; e por fim, iii) ao restringir os conflitos políticos e sociais àqueles que se expressam através da clivagem das classes sociais, desconsidera as implicações das manifestações do pluralismo, via *'redes de poder'*, e suas implicações nos processos políticos.

Com o propósito, portanto, de requalificar a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey, buscando superar algumas lacunas do seu pensamento, serão apresentadas na seção seguinte algumas contribuições para a teorização do desenvolvimento geográfico desigual, numa perspectiva de formulação de políticas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS

² Os geógrafos econômicos radicais são assim denominados por apresentarem uma linha de pensamento marxista atrelada aos estudos da geografia crítica.

É indiscutível a enorme contribuição de David Harvey para a estruturação de uma teoria geral acerca dos desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo. Entretanto, algumas limitações da sua construção teórica precisam ser superadas para que o estudo da dinâmica de funcionamento de uma região reflita uma análise concreta e realista dos territórios. Neste sentido, faz-se necessário a construção de uma agenda de investigação que contemple os desafios colocados pelas restrições do pensamento de Harvey, apontadas na seção anterior.

As limitações do pensamento de Harvey, apontadas pelos teóricos Sheppard, Jessop, Yeung e pelas escolas feministas, podem ser resumidas nos seguintes desafios: a) superar a noção de ‘territórios limitados’ e considerar mais fortemente os aspectos relacionais nos estudos sobre desenvolvimentos regionais; b) dar maior importância às estruturas institucionais como elementos necessários para a construção de uma espacialidade; c) considerar as estruturas (organizacionais, sociais e políticas) e os atores heterogêneos como importantes elementos de transformação (geometrias relacionais); d) acrescentar à análise os fatores de crescimento endógenos (frequentemente não-econômicos), como regras locais (aparato institucional), conhecimento reflexivo (*‘learning regions’*) e fatores políticos (relações de poder no âmbito do governo); e) considerar os atores sociais de forma plural e heterogênea, não os generalizando a categorias de classes; f) superar o problema de determinismo estrutural nos estudos regionais.

Além desses desafios identificados por esses autores, outras lacunas devem ser preenchidas quando analisamos mais detalhadamente as condicionalidades da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey, notadamente em relação à sua ênfase nas causas estruturais e produtivas (tecnológicas). As condicionalidades da sua ‘teoria unificada’ podem ser requalificadas à luz de algumas teorias que exprimem ‘um novo olhar’ sobre os desenvolvimentos desiguais, quais sejam:

a) Ao considerar o processo de ‘aniquilação do espaço através do tempo’, Harvey chama à atenção para a tentativa dos capitalistas de acelerar o tempo de rotação do capital através da apropriação de novas tecnologias (direitos de patentes e de propriedade intelectual). Desta forma, ele considera apenas as inovações de caráter estritamente tecnológico. É, pois, necessário pensar em outros tipos de inovação, tais como as de natureza organizacional e institucional, pois as mesmas também são capazes de alterar (comprimir) os sentidos do tempo e do espaço. Além disso, a “compressão espaço-tempo” tem impactos distintos, que não somente o econômico, como a criação de novas demandas (infra-estrutura) e novos conflitos (causados pela distribuição desigual dos excedentes entre os atores).

A condicionalidade ‘acumulação do capital no espaço e no tempo’ é, então, requalificada através de uma visão mais abrangente sobre os processos e os impactos da ‘compressão espaço-temporal’, a qual inclui novos tipos de inovações à análise, as de naturezas organizacional e institucional. As teorias da regulação, aqui incluído o conceito de ‘redes políticas’ (ver PAULILLO, 2000; PARK, 2008), podem nos ajudar a compreender como acontecem as articulações entre os atores locais (empresários e agências governamentais), incluindo organizações no âmbito organizacional e institucional. As inovações destas naturezas podem aparecer como novas relações de encadeamento e transações (de produto e interesses) interfirmas nos espaços econômicos.

b) Ao apreender o desenvolvimento geográfico desigual como estrutural, David Harvey vê os espaços como ‘territórios limitados’, isto é, desconsidera a interdependência dos espaços produtivos, e por conseguinte, a ameaça permanente de integração ou desintegração das cadeias de produção e da tensão global-local inerente ao processo. A partir da análise das condicionalidades de sua teoria geral, vê-se que a heterogeneidade e a desigualdade de desenvolvimentos geográficos se referem aos próprios resultados sócio-espaciais, e não a uma inerente tensão das redes de poder intra-regionais. Há, pois, um certo ‘fetichismo espacial’ em Harvey, que tende a elucidar as divisões e tensões inerentes às regiões específicas.

A visão relacional pode oferecer uma alternativa de compreensão do desenvolvimento regional a partir da perspectiva de ‘regiões relacionais’ (ver YEUNG, 2005) e de ‘interdependências comercializáveis e não-comercializáveis’ (ver STORPER, 1995). Estas perspectivas introduzem uma idéia de conexão inter-territorial entre os processos de natureza econômica e não-econômica, desta forma, esses processos de uma região estão intimamente ligados aos de outras regiões através das relações de controle e dependência, competição de mercado e forças extra-locais. Um outro conceito da economia geográfica relacional, que busca superar a visão de ‘fetichismo espacial’ de Harvey, é o de regiões reflexivas (*reflexive regions*), pois contribui para a análise dos fatores de crescimento endógenos de uma região (ex.: ‘conhecimento reflexivo’), ou seja, este ponto de vista foca na ‘questão’ intra-regional como um fator de impulsionador de identidades territoriais. Uma sistematização dessas teorias relacionais pode ser visualizada no texto de Yeung (2005).

c) Ao restringir os conflitos políticos e sociais decorrentes de tensões entre as classes sociais, desconsidera as configurações heterogêneas da estrutura de poder territorial e das relações de poder (local e não-local) dentro de regiões específicas. As estruturas de classes generalizam todas as formas de manifestação do pluralismo das ‘redes de poder’ (atores, empresas e Estado) territoriais, e não capta, por isso, a importância das articulações entre os agentes e as novas estruturas de governança para o processo de desenvolvimento territorial. É importante frisar que as ‘redes de poder’ territoriais atuam como processos de articulação política, social, intelectual e econômica entre os agentes econômicos locais, regionais e até mesmo globais. A concepção de política aqui é diferente da que Jessop apontou como uma limitação de Harvey, já que ele considera o fator político ao tratar apenas da atuação e constituição do Estado (por exemplo, a política de um governo), entretanto, os processos políticos desse argumento consideram a articulação entre atores, empresas e Estado (ou agências estatais) numa rede de poder territorial.

O estudo da inserção relacional nas redes de atores sociais, firmas e organizações, através dos conceitos temáticos de ‘rede de atores’³ e de ‘relações híbridas e de gênero’⁴, contribuem para a linha de investigação da pluralidade e multiplicidade de atores (humanos e não-humanos) e suas atividades relacionais dentro de um território. Essas relações entre os atores são articuladas através da capacidade de influência de cada ator específico (redes de poder). O estudo das ‘geometrias relacionais’ (relações de poder) pode contribuir para a análise das mudanças territoriais concretas em todos os âmbitos (econômicos, sociais, políticos, culturais, etc) (ver YEUNG, 2005).

³ Conceito trabalho pela corrente pós-estruturalista.

⁴ Conceito trabalho pelas escolas feministas.

Após a identificação dos desafios que devem ser superados no pensamento de David Harvey, estamos nos preparando para traçar os contornos de uma agenda de investigação, que contém outros modos de pensar os desenvolvimentos desiguais, a fim de complementar alguns aspectos limitados da teoria geral de Harvey e formatação de uma análise mais abrangente do desenvolvimento geográfico desigual. Nesta direção, duas trajetórias começam a se delinear: de um lado, a que se apóia na integração do conceito de *relational regions* com os conceitos de *learning regions* e *reflexive regions*, como uma maneira de fazer avançar a teoria do desenvolvimento regional desigual; e do outro lado, a que se apóia na reciclagem do “possibilismo” de A. Hirschmam como uma maneira de enfrentar as restrições dos graus de liberdade aos formuladores de políticas imposta pelas visões estruturalistas, a exemplo da de Harvey.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 5ª edição, 1992 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006a (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006b.

HIRSCHMAM, A. “**Introduction: Political Economics and Possibilism**” in **A Bias for Hope**. New Haven, 1971 pp.1-37

HIRSCHMAM, A. “**Obstacles to Development: A Classification and a Quasi-Vanishing Act**” in **A Bias for Hope**. New Haven, 1971 pp. 312-327.

HUDSON, Ray. ‘The learning economy, the learning firm and the learning region’: a sympathetic critique of the limits to learning. In: **European Urban and Regional Studies 6**. London: SAGE Publications, 1999.

PARK, Bae-gyoon. Uneven Development, Inter-scalar Tensions, and the Politics of Decentralization in South Korea. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, Vol. 32, N. 1, 2008.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de Poder & Territórios Produtivos: Indústria, Citricultura e Políticas Públicas no Brasil do Século XX**. São Paulo: Rima Editora, 2000.

ROSSI, Ugo. Books review. In: **Journal compilation Royal Geographical Society**, Vol. 39 No. 4, pp. 551–558, 2007.

STORPER M. The resurgence of regional economies ten years later. In: **European Urban and Regional Studies 2**, London: SAGE Publications, 1995.

YEUNG, Henry Wai-chung. Rethinking relational economic geography. In: **Royal Geographical Society**, Vol 30, N. 1, pp. 37-51, 2005.